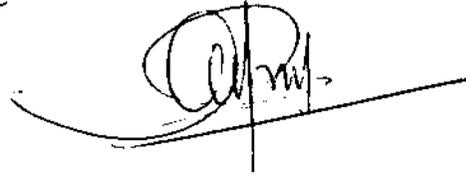


REQUERIMENTO N.º 1792/VIII *27 06 01*  
(2.a) - AC



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

As cheias que atingiram o “Baixo Mondego” no passado mês de Fevereiro provocaram prejuízos avultadíssimos em toda a região.

Nessa altura, vários foram os membros do Governo que visitaram a zona e logo asseguraram uma resposta rápida e eficaz para minorar os estragos e ajudar na recuperação do tecido económico que foi fortemente penalizado para além dos danos dos particulares, tendo alguns ficado na miséria quase absoluta. Em virtude deste quadro de calamidade e porque foi claro que havia responsabilidades do Estado na dimensão da catástrofe, o P.S.D. propôs que se fizesse um rigoroso inquérito e que fossem atribuídas indemnizações a fundo perdido. O grupo parlamentar do P.S. e o Governo rejeitaram esta proposta com o argumento de que as causas da catástrofe eram naturais.

A verdade é que agora os estudos feitos responsabilizam o Estado e é o próprio presidente do I.N.A.G. que veio a público reconhecer as suas responsabilidades na dimensão das cheias e na própria incapacidade de adequada gestão da crise, por falta de meios, por falta de manutenção, por falta de previsão, enfim, denunciando até falta de vontade política da tutela em relação às obras do “Baixo Mondego”.

Passados quatro meses, as promessa de rápida intervenção deram lugar à dura realidade de pouco ou nada estar resolvido.

A recuperação da ponte das Lavandeiras está por fazer impossibilitando a ligação entre as margens Norte e Sul, para além dos incómodos provoca avultados prejuízos ao já debilitado comércio local.

*M. Mito*  
2001 6 12  
*f. J. J. J.*

Aos comerciantes, o Sr. Ministro da Economia prometeu rápidas e fáceis ajudas com recurso ao crédito bonificado. A realidade evidencia tudo menos facilidades estando o comércio local em estado de desespero pois já vivia com dificuldades e agora tudo se agrava seja por burocracias paralizantes seja por regras inadequadas que na prática resultam na negação das prometidas ajudas.

Aos particulares foi também assegurada ajuda para reconstrução das casas e bens afectados. A realidade indica todo um desapontamento das populações pois as ditas ajudas para além de miseráveis só chegaram a alguns.

Aos Bombeiros Voluntários foi garantida a reposição do material perdido e ajuda na reparação das instalações e equipamento danificado. A realidade é que pouco ou nada foi repostos e quanto às instalações e equipamento já se desespera com tanta espera.

Ao património cultural e arquitectónico afectado logo foi assegurado rápida recuperação. A realidade mostra o completo abandono que naturalmente deve envergonhar os mais altos responsáveis da Nação que pessoalmente visitaram os estragos e assumiram a recuperação.

O serviço de protecção civil continua tão ineficaz como inexistente.

Face a este quadro tristemente real impõe-se que o Governo assumas as suas responsabilidades em nome do Estado. O I.N.A.G. já assumiu as suas particulares responsabilidades nesta catástrofe dando razão às nossas constatações feitas à quatro meses. Assim é tempo de olhar a situação com responsabilidade e atribuir as indemnizações aos sinistrados pelas cheias.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, requero ao Governo os seguintes esclarecimentos:

Tem o Governo conhecimento da situação acima descrita ?

Vai o Governo alterar a sua posição, em função das responsabilidades assumidas pelo I.N.A.G., e indemnizar a fundo perdido todos os que foram afectados pelas cheias ?

Para quando a reconstrução da ponte das Lavandeiras, sendo certo que as populações atingidas já não suportam mais atrasos pois não têm alternativas?

Qual a previsão de construção da ponte que servirá a futura ligação da A14 à Via rápida Montemor-Coimbra pela margem esquerda do Mondego?

Respeitosos cumprimentos

Lisboa, 7 de junho de 2001

Os Deputados do P.S.D.

*Paulo Pereira*  
*Luís Pereira*